

CLODOALDO LOPES DE SOUZA

**ABERTURA ECONOMICA E INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA NA  
DECADA DE 90**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Professora Denise Maria Maia

Curitiba - PR  
2013

**TERMO DE APROVAÇÃO**

CLODOALDO LOPES DE SOUZA

ABERTURA ECONOMICA E INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA NA DECADA DE  
90

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



Prof. Dr. Denise Maria Maia - UFPR  
Orientadora – Presidente



Prof. Dr. Igor Zanoni Constant Carneiro Leão - UFPR



Prof. Dr. Jose Guilherme Silva Vieira - UFPR

Curitiba, 11 de dezembro de 2013.

## RESUMO

Este trabalho apresenta uma discussão sobre o impacto da abertura econômica na década de 90 na indústria brasileira, ressaltando diferentes opiniões sobre mudanças estruturais que aconteceram neste período. Discute-se o cenário econômico brasileiro na época em questão, os resultados sobre produtividade e participação do setor industrial na economia, considerando-se os argumentos favoráveis à abertura, e o processo de desindustrialização vivido neste período. Adotou-se a metodologia comparativa, na qual os autores representam as diferentes interpretações.

Palavras-Chave: Abertura Econômica; Reestruturação Industrial; Desindustrialização, Ganho de produtividade.

## ABSTRACT

This paper presents a discussion on the impact of economic liberalization in the 90s in the Brazilian industry, highlighting different opinions on structural changes that occurred during this period. Discusses the Brazilian economy at the time in question, the results on productivity and participation of the industrial sector in the economy, considering the favorable opening arguments, and the de-industrialization process experienced during this period. Adopted the comparative methodology, in which the authors represent different interpretations.

Keywords: Economic Openness, Industrial Restructuring; Deindustrialization, gain productivity.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	07
<b>2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓTICA</b> .....	08
2.1 A DECADA DE 80.....	08
2.2 O RESSURGIMENTO ECONOMICO.....	10
<b>3 ABERTURA ECONOMICA E INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA</b> .....	14
3.1 FUNCIONAMENTO E ESTRUTURAÇÃO DA INDUSTRIA NOS ANOS 90.....	18
<b>4 GANHO E PRODUTIVIDADE E REESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL</b> .....	20
<b>5 ABERTURA PARA O MERCADO EXTERNO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO</b> .....	24
<b>6 CONCLUSÕES</b> .....	29
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	31

## 1 INTRODUÇÃO

As conseqüências da globalização e abertura econômica no Brasil, ainda são motivo de debates e controvérsias, tanto sobre suas estratégias de realização quanto sobre o alcance de seus efeitos nessa nova reestruturação industrial. Não é pretensão nesse trabalho legitimar as vertentes ou suas interpretações, mas apresentá-las.

Desta forma podemos dizer que há duas correntes discordantes que podem ser simplificadas desta maneira: aqueles que identificam um processo de desindustrialização e os que defendem a abertura atribuindo a ela os ganhos de eficiência e produtividade, inerentes a um processo de competitividade internacional. A abertura seria responsável também pela correção dos excessos e distorções existentes na fase anterior, a de industrialização por substituição de importações. Desta forma, os anos 90 podem ser vistos como um período de modificações necessárias na economia, para uma nova reestruturação com resultados positivos para a indústria no longo prazo.

Mas por outro lado, sem negar esses aspectos, existe também a argumentação de que a maneira apressada, não planejada e assimétrica da abertura econômica gerou um processo de desindustrialização, sacrifício de setores e empresas sem nenhuma contrapartida em termos de ganho de produção e competitividade externa. Assim, o que ocorreu na década de 90 foi um recuo da industrialização anteriormente conquistada, uma perda de oportunidade para reestruturar a indústria nacional, corrigindo os erros do passado de forma positiva, mas pelo contrário, o que se viu foi uma continuidade e até mesmo um aprofundamento dos problemas estruturais da economia brasileira.

Este artigo pretende colaborar para o debate acadêmico, com as diferentes interpretações, demonstrar e analisar as capitais disposições da reestruturação industrial da década de 90. O pressuposto inicial é de que as

duas posições são ricas em evidências, focando os principais argumentos tanto a favor como contrário à tese da desindustrialização, bem como demonstrar dados da produção e inserção externa da indústria nacional.

Além desta introdução, este trabalho possui mais sete tópicos. O segundo e o terceiro tópico são referentes a uma contextualização histórica importante para entender o período em questão; os tópicos seguintes tratam especificamente do debate brasileiro sobre a industrialização; por fim, no sétimo, fazem-se as considerações finais.

## **2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓTICA.**

### **2.1 A DECADA DE 80**

Nos anos 80, a economia brasileira foi caracterizada por sérios desequilíbrios internos e externos. No início da década, o país enfrentou sua mais grave recessão desde “A Grande Depressão”, em 1929. Em 1982, as autoridades, responsáveis pela economia brasileira, recorreram formalmente ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Cabe ressaltar que o cenário internacional também apresentava uma configuração turbulenta, causada em parte, pela moratória da dívida externa mexicana. No cenário interno o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, estava em queda enquanto a inflação começava a alçar um patamar que, em outubro de 1989, se transformaria, em hiperinflação (GIAMBIAGI et al, 2005).

A crise econômica agravou-se, os movimentos sociais se mobilizaram e as pressões políticas contra o regime militar se intensificaram. A tensão e as pressões tornaram-se insuportáveis. Em 1985, o Congresso Nacional elegeu indiretamente, um governo civil. No entanto a “Nova República” teve seu início

marcado pelo falecimento do recém-eleito presidente Tancredo Neves, candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que chegou ao poder apoiado por líderes conservadores. O então presidente eleito nem chegou a tomar posse, faleceu devido a problemas de saúde. Assim sendo assume o vice-presidente José Sarney, ex-presidente do PDS. Governo marcado pela escalada inflacionária e pelos chamados choques heterodoxos.

Segundo Escossia:

Choque Heterodoxo: Política econômica de combate à inflação que consiste em ampliar o congelamento de preço em todos os níveis durante um período determinado de tempo e liberar os políticos monetários e fiscais. (ESCOSSIA, 2010, p.1)

Esse período ficou conhecido como “década perdida”. Caracterizou-se principalmente pela queda nos investimentos, e como consequência direta, do PIB; para além disso vemos também o aumento do déficit governamental e da dívida pública (externa e interna); e a elevação da inflação. Comparado ao crescimento médio obtido entre 1947 e 1980 que representou 7%, o país entre 1981 e 1990 apresentou o crescimento medíocre de 2%. Este crescimento ínfimo manteve-se estável ao longo da década de 1980. (LACERDA et al, 2005).

Como citado acima a estratégia do governo Sarney foi o choque heterodoxo, visando desindexar a economia, através de políticas de congelamento de preços. Segundo Silveira “O termo choque heterodoxo foi empregado pela primeira vez em 1984, a partir de um artigo do economista Francisco Lopes onde um congelamento geral de preços da economia foi proposto” (2013, p.143). Mesmo com as medidas adotadas não conseguiram frear a inflação, e no final da década, em 1989, também final da gestão Sarney o Brasil estava imerso na hiperinflação aberta.

A hiperinflação é uma inflação acima dos níveis considerados adequados. De acordo com muitos economistas, pode-se considerar hiperinflação quando o

índice fica acima de 50% ao mês. Seus efeitos são: a alta elevada dos preços dos produtos e forte desvalorização da moeda. A recessão econômica (retração do PIB) também pode ser um dos efeitos da hiperinflação. Como exemplo de hiperinflação no Brasil, podemos citar o mês de março de 1989, quando a inflação chegou a 81%. (VELLOSO, 1990, p.47)

A inflação descontrolada, aliada às medidas que não obtiveram resultados significativos foram a herança deixada pela “década perdida,” ficando para a década posterior tanto o encargo da recuperação econômica quanto a implementação de políticas que promovessem a superação da crise.

## 2.2 O RESURGIMENTO ECONOMICO

Os anos 1990 encontraram o Brasil mergulhado na estagnação econômica e hiperinflação. No cenário mundial encontrava-se em alta as ideais liberais, já adotadas em países da América Latina, e que vieram a ser a alternativa no país. Com o governo Collor teve início no Brasil a "era liberal".

A partir da gestão de Fernando Collor de Mello na Presidência da República (1990-1992), percebeu-se um não incentivo aos preceitos desenvolvimentistas, em voga desde os anos trinta. Seu curto mandato, marca o início de um conjunto de mudanças nas percepções e atitudes no cenário brasileiro, sobrevivendo a viver um momento de rápida abertura comercial e de liberalização financeira. Para HARVEY a teoria liberal:

Propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados (HARVEY, 2008, p. 12).

Foram muitas as pressões e questionamentos sobre as novas medidas. Principalmente porque o Estado estava reformulando sua participação e responsabilidade. No modelo proposto o papel estatal limitava-se apenas à de regulação. Conforme defende Pereira:

Diante da crise do Estado e do desafio representado pela globalização, a sociedade civil de cada país democrático demonstrou que desejava redefinir o papel do Estado mas não reduzi-lo ao mínimo, e sim fortalecê-lo, para que os respectivos governos pudessem garantir, internamente, ordem, eficiência produtiva e justiça social, de forma a tornar viável, no plano internacional, a afirmação de seus interesses nacionais (PEREIRA, 1999, p. 69).

Vemos então que não bastava fortalecer o país internamente, havia também e preocupação com a competitividade nos mercados internacionais. Para tanto seria necessário a aproximação com as grandes potências, em especial os Estados Unidos. As medidas adotadas nos Planos Collor I e II, onde o congelamento dos títulos públicos pelo governo, foi destaque, permitiram reduzir significativamente a dívida pública. A abertura econômica, foi uma estratégia para inserir o Brasil, no cenário internacional. Essa perspectiva se baseava principalmente, na configuração do poder Global que legitimavam os EUA como potência única, após a Guerra Fria. Nesse período temos o que ficou conhecido como reformas de primeira geração.

Essas abrangiam, fundamentalmente: a) busca pela estabilidade de preços, através da adoção de planos econômicos para controle inflacionário, majoritariamente de caráter ortodoxo-recessivo; b) abertura incondicional ao exterior, no que se refere à liberalização comercial e fim do controle dos fluxos de capitais; c) desestatização da economia, com a venda das empresas estatais, e; d) criação de agências reguladoras, colocando o Estado numa nova posição estratégica na economia, executando a função de regulação de determinados setores. Assim, o Brasil experimentou, principalmente, dois processos drásticos de ruptura econômica: abertura comercial e desestatização. (MELO, 2012, p.318)

Seguindo o plano de desestatização, em março de 1990, Collor encaminhou ao Congresso Nacional a Medida Provisória de número 115, que posteriormente tornou-se a Lei 8.031 por decreto presidencial, em 12 de abril do mesmo ano. A proposta instituía o Programa Nacional de Desestatizações (PND), o principal instrumento governamental para o processo de privatizações no Brasil.

Nesse sentido, o PND trouxe em seu escopo o objetivo de: através da vendas das empresas estatais brasileiras reduzir a dívida pública do país com a captação de recursos advindos da iniciativa privada nacional e internacional; modernizar o parque industrial brasileiro, ligeiramente estagnado com a diminuição acentuada do ritmo de crescimento da economia após a crise da dívida externa; e facilitar a retomada dos investimentos no país. (MELO, 2012, p.319)

Em 1992 Collor deixou a presidência, após o impeachment. O cargo foi assumido por Itamar Franco, seu vice-presidente. No entanto, além da baixa popularidade de Itamar, a instabilidade gerada com a mudança também acarretou na revisão de diversas privatizações estabelecidas pelo PND. Após procurar falhas ou desvios nos processos de vendas das estatais houve retomada do programa e após, três meses de interrupção, o processo de desestatização, foi reiniciado. Apesar do fim conturbado do governo Collor 1992, as estratégias de ajuste (privatização, combate ao déficit público e redução das alíquotas) foram mantidas por Itamar Franco, e durante seu mandato, lançado o Plano Real, “O mais bem sucedido plano de estabilização da história brasileira” (BRITO; MENDES, 2012, p.10). As primeiras medidas do Plano, ainda em finais de 1993, com a adoção de uma política de adequação fiscal preparatória, foi inteiramente estabelecido com a conversão da URV (Unidade Real de Valor) em Real no governo posterior, Fernando Henrique Cardoso (FHC).

A implantação do Plano Real permitiu a FHC (Ministro da Fazenda do governo de Itamar) uma vitória razoavelmente tranquila nas eleições de 1994, contra o candidato da oposição, Luiz Inácio Lula da Silva.

A equipe econômica de FHC (1995-2002) intensificou o processo de privatizações iniciado no governo Collor, tornando-o o principal instrumento de desestatização e reforma do Estado. Como inovação foi criado o Conselho Nacional de Desestatização (CND), diretamente subordinado ao Presidente da República (Melo, 2012). Especialmente criado para essa finalidade o Conselho teria como objetivo principal a recomendação, para aprovação do Presidente da República, da inclusão ou exclusão de empresas, serviços públicos e inclusive instituições financeiras do programa de desestatização. De maneira geral podemos dizer que:

O programa para estabilização da economia passou pela desindexação da economia, por um amplo processo de privatizações, pelo equilíbrio fiscal, pela abertura econômica, pelo contingenciamento e por políticas monetárias restritivas. (GASPARETTO JUNIOR, 2010, p.1)

Apesar de toda a instabilidade no cenário internacional e da pouca credibilidade da economia brasileira durante a os anos 1980, o Plano Real apresentou-se não só como alternativa viável mas como promessa de superação da crise. Cabe ressaltar que antes do Plano Real houve cinco planos frustrados de estabilização: Cruzado (1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor (1990) e Collor II (1991). Assim, em seu lançamento, ambicionava-se, como implicação de longo prazo, a manutenção das baixas taxas inflacionárias, a modernização da indústria brasileira como um todo, o aumento do poder aquisitivo da população, que viveu a duramente a situação de arrocho e o crescimento econômico associado a geração de empregos. As expectativas se concretizaram. O Real utilizado até hoje no Brasil e apesar de momentos de crise a economia brasileira nunca mais retornou a situação crítica. Fechamos a década de noventa com relativa estabilidade.

### 3 ABERTURA ECONÔMICA E A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

Em 1994, uma nova dimensão de abertura começa e ser implantada: sobrevalorização do câmbio como estratégia de política econômica. Esse processo de apreciação do câmbio, já vinha ocorrendo há algum tempo, entretanto, nesse momento, o que se apresenta é não só uma intensificação dessa tendência, mas um notado incentivo da manutenção dessa sobrevalorização como um dos pontos de apoio principal da estratégia econômica.

Isto não só acarretou uma pressão das importações de grande intensidade, como também evidenciou, em médio prazo, a continuidade dessa pressão como um parâmetro duradouro de política econômica do Real. Conforme o governo foi demonstrando capacidade de enfrentar às sucessivas pressões cambiais, no que foi bem sucedido até fins de 1998, tornou necessária as decisões empresariais, não só no curto prazo, mas também no que se refere aos investimentos. Com o abandono da âncora cambial em janeiro de 1999, inaugura-se uma nova etapa na qual a parcela mais radical da abertura sofre uma reversão determinante.

Podemos também considerar a conservação de regimes especiais de proteção para alguns setores, em particular que trouxeram importantes impactos, dentre eles citamos o setor automobilístico e o eletroeletrônico como os únicos que conservaram, praticamente ao longo de todo o tempo, regimes industriais específicos, baseados em medidas especiais de proteção além de diversos estímulos, tributários, financeiros, entre outros. Com o aumento do volume das importações, outros segmentos vieram a contar com algum tipo de proteção e incentivo, tendo destaque a indústria têxtil e de brinquedos. Segundo Azevedo e Portugal (1997, p.5) "A continuidade do crescimento das importações, tanto em valor quanto em volume, foi a principal característica da segunda fase da abertura comercial."

Por outro lado, os métodos focais e desarticulados de política industrial e comercial dos anos anteriores acarretaram uma excessiva exposição de alguns setores, destacando o dos bens de capital. No entanto atividades como a indústria de autopeças, gozaram de algum tipo de proteção sendo a maior parte de bens de capital e matérias-primas. “No todo, essas isenções são importantes, mas para os segmentos mais diretamente afetados, podem ser decisivas, inviabilizando ou reduzindo drasticamente a rentabilidade da produção interna”. (GAZETA MERCANTIL, 29/11/99. p.6)

Como fator de contextualização não se pode deixar de mencionar a formação do MERCOSUL.

O Mercado Comum do Sul, ou MERCOSUL, é um bloco econômico que foi formado por Brasil, Argentina, Paraguai(suspensão) e Uruguai. Outros países podem fazer parte das negociações do bloco, mas são considerados apenas como associados. Estes são Bolívia, Chile, Peru, Colômbia e Equador. A Venezuela ingressou no grupo em 2006. E o México permanece como estado observador. Criado em 1991 com a assinatura do Assunção (no Paraguai) o MERCOSUL busca garantir a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países membros, através da eliminação de barreiras alfandegárias e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente. (FARIA 2010, p.1)

Sua criação influenciou significativamente a expansão comercial em termos regionais, atingindo de maneira mais explícita alguns setores nos quais as vantagens comparativas com os outros membros do bloco. Como destacado no decorrer desse trabalho, todas essas particularidades devem ser levadas em consideração na análise da relação entre abertura e reestruturação industrial.

A maior parte dos debates sobre a reestruturação industrial baseou-se num eventual processo de desindustrialização, o qual seria uma forma de

redução absoluta e relativa do PIB industrial ao longo do tempo. Cabe então fazermos uma análise dos dados. Ao menos três eixos devem ser destacados:

Em linhas gerais, pela análise de dinâmica de crescimento, não podemos afirmar que houve desindustrialização, visto que ocorreu um crescimento, ainda que mínimo da Indústria de transformação, de apenas 1,3% a.a. entre 1995/02, e de apenas 0,8% na primeira fase do Real, entre 1995/98. Trata-se de um crescimento ínfimo para os padrões históricos da economia nacional.

Mas os dados revelam também que a indústria não foi um componente dinâmico na década posto que seu crescimento foi muito inferior aos demais componentes do PIB. No cálculo mais recente, a Indústria de Transformação cresceu 22,8% no período 1992/2002, contra 31,6% do PIB que foi puxado pela agropecuária, pelo petróleo e pelas telecomunicações. Cabe notar ainda que este baixo dinamismo do PIB (menor do que 3% a.a.) se concentra no período 1993/97, dado que desde então a trajetória tem sido ainda menos satisfatória, como resultado da instabilidade que minou as bases do Plano Real. (COMIN, 2003,p.4)

A parcela de participação da indústria no PIB, e numa perspectiva mais ampla de tempo, a perda de espaço da Indústria de Transformação, é mais notado segundo as estimativas de BONELLI & PINHEIRO (2001, p. 100), essa participação demonstrou queda sistemática desde 1980: de 33,7% nesse ano chega a 29,1% em 1990, 23% em 1995 e 16,8% em 1999. No entanto os referidos autores negam qualquer interpretação do acontecimento como desindustrialização. Para eles, o resultado do fim do ciclo de industrialização verificado até 1980, da crise que se seguiu, e da abertura dos anos 90, seria a convergência da economia brasileira a padrões internacionais de participação da indústria.

Assim, uma conclusão central dessa análise é que o avanço da produtividade na indústria, o qual ocorre paralelamente à elevação da renda percapita, acaba resultando em uma alteração na composição do PIB de tal forma que a própria atividade industrial reduz sua participação no produto total. Em outros termos, essa

'desindustrialização' deve ser encarada como um fenômeno inerente ao próprio desenvolvimento industrial. (BONELLI; PINHEIRO, 1999, p. 9)

Esse tipo de redução da participação da indústria, aliado a queda no setor, foi uma tendência marcante nos países do Centro. A saída para o setor industrial, no Brasil, seria de convergência com padrões normais de desenvolvimento. Seguindo essa linha de raciocínio, o declínio relativo da indústria seria uma contra posição do "viés industrialista" causado pelas políticas de industrialização por substituição de importações, e que para BONELLI & GONÇALVES (1999, p. 5) seria;

Nítido até a década de 80, (e que) havia sido quase que totalmente eliminado em 1995. No final das contas, o argumento, como aparece em outros autores, é de que a participação relativa do PIB industrial, superior a 20%, seria semelhante ao de diversos outros países, e "não pode ser considerada baixa em termos internacionais, pois é próxima, por exemplo, a dos Estados Unidos (18%), Itália (21,1%), Suécia (22,3%) e Inglaterra (18,4%).

Percebemos que, a perda de conceito relativo da indústria surge como uma tendência generalizada desde os anos 70 ou 80 (60 nos EUA) na maioria dos países que já haviam adquirido um nível razoável de amadurecimento industrial. A já patente tendência de perda de importância da agricultura soma-se agora a uma forte ampliação relativa do peso do terciário, que figura como largamente influente em todos os países, em especial nos do Centro. Isso também veio a ocorrer no Brasil: nunca inferior à metade da economia, os serviços atingem cerca de 70% do PIB nos anos 90.

### 3.1 FUNCIONAMENTO E ESTRUTURAÇÃO DA INDÚSTRIA NOS ANOS 90

Uma segunda característica a ser destacada desse tema, estudada por BONELLI & GONÇALVES (1998 e 1999), é relacionada à composição interna do PIB industrial, representada por seus setores de destaque. Empregada como indicador do nível de melhoria da indústria, a organização setorial, apresentou mais continuidade do que ruptura nos anos 90, levando a crer em uma estabilidade do setor, exemplificada pela manutenção do ranking de seus principais representantes (química, metalurgia, indústria de alimentos e material de transporte). As características mais destacadas do período 1980/95 foram a perda de destaque de setores de expressão secundária (madeira, mobiliário) bem como da indústria têxtil e de mecânica, assim como receitas concentradas nos setores de alimentos, química, material elétrico e material de transporte. Para COMIN “de maneira geral o padrão da composição setorial não teria se alterado fundamentalmente, fenômeno observável igualmente em economias latino-americanas de porte e complexidade industrial semelhante, como México e Argentina” .(2003, p.8)

Fazendo estimativa do que seria um padrão normal de desenvolvimento industrial, BONELLI; GONÇALVES, analisaram a composição setorial, segundo esses há uma relativa convergência do Brasil à média mundial.

Essa heterogeneidade está ligada ao fato de que alguns setores produtivos tendem a ser mais ou menos *tradeable* que outros, em razão de fatores ligados ao padrão de concorrência, às dificuldades de transporte e à tecnologia. Esses elementos explicam porque as elasticidades-câmbio das importações e das exportações tendem a ser setorialmente diferenciadas. Dado que a produção doméstica se relaciona, positivamente, com a demanda interna e com as exportações e, negativamente, com as importações, os impactos das variações cambiais sobre a estrutura produtiva são também setorialmente diferenciados. (PROTTI, 2003 p.21)

Contudo as divergências mais expressivas permaneceram no período 1980/95: As áreas mais sobre dimensionadas, em relação à média, as que haviam sido mais densamente favorecidas pela industrialização por

substituição de importações (maquinário elétrico e não elétrico, material de transporte e equipamento científico e profissional) mantiveram-se cerca de 8 pontos percentuais acima do previsto. Em contra partida, o grupo formado por alimentos, bebidas e tabaco apresentava um descompasso de magnitude similar, porém com sinal negativo.

A estabilização dos preços também afeta a estrutura produtiva, à medida em que esta promove um aumento da renda real dos trabalhadores, especialmente nos grupos sociais de menor poder aquisitivo que não tinham acesso aos mecanismos de indexação da economia. Esse efeito tende a diminuir a demanda relativa pelos bens de consumo não-duráveis (por exemplo, alimentos e artigos do vestuário) e aumentar a procura por bens de consumo duráveis (por exemplo, linha branca e eletroeletrônicos). (PROTTI, 2003 p.21)

Podemos dizer então que, em termos estruturais, a composição da indústria brasileira, a despeito de todo o impacto da abertura não sofreu grandes modificações. Percebemos um comportamento muito peculiar do desenvolvimento industrial brasileiro, diverso do que havia sido o período de industrialização por substituição de importações, porém diferente do que era esperado, tanto da facção dos defensores quanto dos que se opunham a abertura.

A indústria, em termos absolutos, decresce (anos 80) ou cresce muito pouco (90) e, de forma mais evidente, reduz enormemente, mais de um terço, seu peso relativo na economia. Ao mesmo tempo, sua composição setorial muda muito pouco, apontando para uma estabilidade que resistiu a toda sorte de intempéries e mudanças econômicas. (COMIN 2003, p.9)

Apesar de serem, até certo ponto contraditórias, as tendências não admitem uma avaliação global. Mas se apresentam como tema importante para a problematização acerca da reestruturação industrial no Brasil pós 90. Não podemos analisar a desindustrialização, dentro dos limites constatáveis do setor, apenas, ou mesmo majoritariamente, como um elemento de aniquilamento produtivo. Conforme exposto, decorre de uma estrutura mais complexa de desenvolvimento, observável em vários lugares e mais destacado

em alguns setores. A luz dessa interpretação, a abertura econômica serviu para aproximar o Brasil dos padrões internacionais, ou seja, romper o viés pró-indústria do período antecedente. Constatamos então que se a abertura não alterou radicalmente o perfil do setor, indicando certo equilíbrio estrutural que, em parte, se destaca sobre as alterações da política e suas variáveis no período.

As observações e constatações do período indicam uma etapa de pós-amadurecimento da indústria brasileira. Visto que os avanços estruturais (ou viés) até 1980 não foram desfeitos totalmente, mas as cifras apresentadas, tampouco demonstram um novo rumo fazendo-se necessário um refinamento na análise. Ao analisarmos, as dimensões quantitativas (baixo dinamismo da indústria) e qualitativas (relativa estabilidade setorial) indicam que a globalização não apresentou grandes impactos no setor industrial permanecendo um estado de relativa estagnação.

#### **4 GANHO DE PRODUTIVIDADE E REESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL**

Ao analisarmos a trajetória da indústria brasileira nos anos 90, um dos temas centrais, foi os ganhos de produtividade. Para FEIJÓ e CARVALHO:

O crescimento da produtividade nos anos noventa apresenta como novidade a relação inversa entre taxa de crescimento da produção e a do emprego, ou seja, os ganhos de produtividade são, pelo menos em parte, decorrentes de quedas sistemáticas no volume de emprego industrial. (2000,p.1)

Após inúmeros debates e posicionamentos contrários, acreditamos poder afirmar, nesse momento, convictamente, que esses ganhos foram muito significativos. Percebemos ao longo de nossos estudos as dificuldades experienciais e metodológicas para mensurar o crescimento da produtividade no Brasil são muito grandes, e, portanto é compreensível que haja tantas

divergências nas cifras apresentadas. Devido ao processo de intensas variações do período, novos desafios se somaram às clássicos. Nota-se que, a abertura comercial impulsiona um descolamento entre produção e agregação de valor, evidenciando a tendência a superestimar os ganhos. Também concorrem para esta disparidade os fenômenos de informalização do trabalho e de terceirização e desverticalização de atividades, notadamente, intensas no período.

As estimativas mais notórias indicam um crescimento acumulado da produtividade do trabalho no período 1990/97 da ordem de 77,2% ou 44,6%, segundo dados do IBGE, representando um crescimento médio anual de 8,5% e 5,4% respectivamente (CARVALHO & FEIJÓ 1999, p. 1). Já para BONELLI & FONSECA (1998) para o mesmo período, estimam um crescimento médio anual de 3,4% enquanto ROSSI JUNIOR & FERREIRA (1999) apresentaram a cifra de 2,15%. A partir de uma amostra de 349 empresas de grande porte industrial, estudos de HAY (1997) apontam para um ganho médio de aproximadamente 9,2% da produtividade total de fatores no período 1990/94. MOREIRA (1999, p. 320), aponta outras estimativas, indicando o crescimento de 91,6% (média de 7,5% a.a.) no período 1990/98 em termos de produção física. Os dados oficiais mais recentes, de produtividade física, apontam para um crescimento de 75% no acumulado entre os anos 1994 a 2000.

Mesmo colocando todos esses dados no contexto e percebendo as divergências, fica evidente que os ganhos de produtividade foram substanciais, especialmente se comparados à estagnação deste indicador nos anos 80. Podemos indicar então que o crescimento expressivo da produtividade teve associação direta com a abertura comercial (pós 1990) e que a variação setorial foi impulsionada por esta fonte de pressões. Para ROSSI JÚNIOR & FERREIRA (1999, p.20), em termos setoriais

Quanto maior a tarifa nominal, a taxa de proteção efetiva e a razão exportações sobre o PIB, menor será a taxa de crescimento da produtividade do trabalho. Já as importações exercem um efeito positivo e significativo sobre a produtividade do trabalho.

O tema é controverso e existem defesas positivas e negativas, e como a pretensão deste trabalho é apresentar a discussão a partir dos estudos disponíveis sobre a época, não cabe à defesa de pontos de vista. Esses mesmos estudos nos sugerem que o crescimento da produtividade, brasileira, nos anos 90 apresenta como característica elevação modesta, quando comparada aos anos 80, visto que houve recuperação após a década perdida. Se comparado a outros países de nível semelhante, esse crescimento foi ínfimo. Visto que o país já havia ocupado posições mais elevadas em termos relativos.

O baixo crescimento interno da economia brasileira se constitui num fator importante para explicar a relativa estabilidade da composição setorial da indústria brasileira. Isso porque, sendo o consumo aparente o fator predominante na explicação das variações na estrutura industrial, um maior ritmo de crescimento econômico poderia ter significado alterações mais profundas na composição setorial da produção. Logo, a abertura comercial parece ter tido um impacto menos importante do que se esperava em termos da estrutura produtiva, embora sua importância em alguns setores específicos - por exemplo, equipamentos eletrônicos e fios têxteis artificiais - tenha sido grande. (PROTTI 2003, p.94)

Isto posto, a interpretação dos fatores intrínsecos e condicionantes do crescimento da produtividade, portanto sua verdadeira natureza, ainda estão e provavelmente permanecerão sujeitos a discussões. Os fatores acima mencionados e a fato de que todos esses ganhos de produtividade aconteceram num contexto de módico dinamismo e, especialmente, de baixas taxas de investimento, adverte se manter cautela na interpretação destes ganhos.

No momento, não há dúvidas consideráveis de que em sua primeira fase, o período 1990/93, a chamada reestruturação industrial estava pautada, principalmente, em uma reação defensiva, com redução de linhas de produtos, racionalização de processos produtivos e estruturas gerenciais e ampliação das importações. Numa perspectiva bastante adversa, do ponto de vista

macroeconômico, os efeitos foram notadamente destrutivos, no que concerne a empregos e capacidade produtiva, com baixíssimos investimentos.

Desde a perspectiva dos defensores do livre comércio, portanto, os regimes de comércio protecionistas tenderiam a afastar os países de suas vantagens comparativas, induzindo a produção de um espectro amplo de produtos com baixa eficiência. Com efeito, no Brasil, a proteção teria privilegiado setores que demandavam recursos escassos como capital e tecnologia, gerando uma utilização inadequada de recursos abundantes como mão-de-obra e recursos naturais. (MARKWALD 2001, p.2)

No período seguinte vemos um contexto, de recuperação (mesmo que relativa) de investimentos e crescimento de produção e emprego. Esse segundo período da reestruturação industrial e de ampliação da produtividade intensifica tendências anteriores de racionalização e aumento de conteúdo importado, no entanto aparece também, como um período de reação ofensiva, marcado pela ampliação do mercado interno e a consolidação do MERCOSUL.

No que diz respeito à comparação internacional, nossa análise se mostrou consistente com a idéia de que o processo de reestruturação industrial no Brasil se constituiu num caso singular em relação às principais economias da América Latina. Isso foi uma decorrência tanto da relativa estabilidade da estrutura industrial brasileira como do impacto relativamente menor da abertura sobre a composição setorial da produção. Como vimos, a relativa estabilidade da estrutura industrial brasileira demonstrou um certo grau de resistência de nosso parque produtivo ao processo de abertura comercial e ao ambiente macroeconômico fortemente desfavorável dos anos 90, ao mesmo tempo em que distanciou o processo de reestruturação industrial brasileiro daqueles verificados nas economias do México, Chile e da Argentina, onde se verificaram alterações relativamente mais expressivas em termos de especialização produtiva. (PROTTI 2003 p.104)

Constatamos que, esses fatores estimularam investimentos significativos, principalmente nos setores mais favorecidos na conjuntura, seja de forma isolada ou pelo aumento de consumo, como no caso dos bens duráveis, seja particularmente devido aos regimes especiais, como o automobilístico. A partir análise dos principais setores industriais TIGRE ET ALII (2000, p. 220), apontam importantes avanços.

(...) o Brasil realizou a 'etapa fácil' da reestruturação industrial... Os investimentos feitos na etapa inicial de reestruturação se voltaram para a modernização da estrutura industrial (basicamente reposição de equipamentos, redução de custos e eliminação de gargalos na estrutura produtiva) e resultaram em aumento da produtividade. A etapa posterior, que seria de investimentos em novas plantas produtivas e aumento de valor agregado, ainda não foi realizada pela indústria brasileira em geral, embora haja importantes exceções.

O choque liberal dos anos 90, apesar de interpretações no âmbito econômico, de fato gerou uma nova estrutura produtiva e novos rumos, delineados não só para a resposta defensiva ante ameaças competitivas. Os índices por hora disponíveis indicam cautela: a modernização ocorrida foi significativa e generalizada, mas em contrapartida foi seletiva. Houve elevação considerável de produtividade, porém às custas de um empobrecimento considerável na estrutura produtiva, em parte despojada de seus elos críticos, justamente aqueles que caracterizam o progresso técnico e foram capazes de garantir, a longo prazo, o aumento não só da produtividade, como da competitividade da economia como um todo.

## **5 ABERTURA PARA O MERCADO EXTERNO E A DESINDUSTRIALIZAÇÃO**

Como analisado acima os traços marcantes da composição setorial não sofreram mudanças de grande monta. Entretanto, uma análise mais acurada dos segmentos que compõem as várias cadeias produtivas demonstra que a estrutura interna dos setores sofreu alterações importantes.

Há um certo consenso na literatura de que a interação da abertura comercial com o novo ambiente macroeconômico inaugurado a partir da segunda metade de 1994, teve impactos importantes sobre o comportamento dos coeficientes de importação (divisão do valor importado pelo valor da produção), exportação (divisão do valor exportado pelo valor da produção) e de utilização de insumos importados (divisão do valor dos insumos importados utilizados na produção pelo valor da produção doméstica). Dentre esses impactos, destacam-se o crescimento significativo dos coeficientes de importação e de utilização de insumos importados *vis-à-vis* um aumento relativamente modesto dos coeficientes de exportação [...] identificaram

um aumento quase contínuo do coeficiente de importação da indústria geral durante a década de 90, tendo esse saído de um patamar de 5,6% em 1990 para 15,2%. Um outro aspecto importante a ser destacado é que, ao contrário do que seria esperado, o valor do coeficiente de importação não se reduziu após a desvalorização da taxa de câmbio, na verdade, ele passou de 12,5% em 1998 para 14,4% em 1999. (PROTTI 200, p.22)

Kupfer (2003), por sua vez, também conclui que houve mudanças estruturais na indústria brasileira neste período, ressaltando que ocorreu um aumento da produtividade industrial. Entretanto, o autor considera que não existiu uma trajetória sólida de modernização, visto que boa parte do ganho de produtividade ocorreu através da importação de insumos e bens intermediários bem como aperfeiçoamento de produtos e processos, causando rompimento de elos importantes da cadeia produtiva da indústria. Assim, o autor alega que houve um aumento no nível de produtividade, mas sem a capacidade de desenvolver uma trajetória de crescimento de longo prazo.

Quando analisamos a densidade média do final do período comparada com o início percebemos pouca alteração, as variações foram muito distintas dentro das diversas cadeias produtivas. De maneira simplificada, segundo COMIN:

O que se observa é uma perda bastante significativa em diversos setores intensivos em tecnologia e em capital. Nestes, as perdas maiores ocorreram em segmentos como plásticos e químicos, mas, na média destes setores, foram em boa medida compensadas pelos ganhos em petróleo e em siderurgia, nos quais a participação de matérias-primas importadas são muito importantes. (COMIN 2003, p.11)

Maior relevância teve o movimento ocorrido nos setores de intensa tecnologia (CARVALHO & FEIJÓ 1999). Neles a perda de densidade foi mais aparente, só não foi mais significativa porque, o setor automotivo (automóveis, caminhões e ônibus) teve alta substancial, possivelmente por conta de dificuldade de mensuração. Para, além disso, predominaram as baixas, todas elas em níveis bastante significativos. O setor de destaque foi todo o complexo eletroeletrônico, entre os bens de capital e de consumo, que apresentaram com maior ênfase, o maior esvaziamento produtivo. Os equipamentos para a

produção e distribuição de energia elétrica, apresentaram queda de três quartos para metade, na proporção do valor interno agregado a produção. No setor de material de escritório, informática e eletrodomésticos, a redução foi expressiva, passa de mais de 60% para menos de 50%. Os índices demonstram que esses segmentos foram os mais atingidos pelo processo de abertura.

Ricupero (2005) argumenta que muitas empresas brasileiras foram absorvidas por grandes grupos internacionais, os quais conservaram em seus países de origem seus departamentos de P&D. Logo diversos setores de pesquisa situados no Brasil foram reduzidos ou sofreram alterações, somente adaptando a tecnologia existente no país de origem às condições locais.

Se houve perdas de um lado, alguns setores também apresentaram ganhos, (MOREIRA, 1999) dentre eles setores intensivos em recursos naturais, com destaque para algumas categorias alimentares, especialmente aves e leite. Surpreendente foi o desempenho desfavorável de segmentos intensivos em mão de obra, como artigos do vestuário e acessórios, fiação e tecelagem e calçados, que em conjunto obtiveram perda de 15% em capacidade de geração interna de valor.

Em relação especificamente ao caso brasileiro, Carneiro (2008), Coutinho (1997), constatam a presença de uma especialização regressiva da estrutura produtiva industrial, entre os anos 90 e início dos anos 2000. Tendo em vista as políticas de abertura comercial e financeira colocadas em prática na década de 90 e também a valorização cambial, em relação ao dólar, esse processo manifesta-se na redução da participação do setor industrial no PIB nacional. O agravamento das cadeias produtivas pode ser medido pela razão entre o valor da transformação e o valor bruto da produção industrial (VTI/VBPI). De acordo com Feijó, Carvalho e Almeida (2005, p.19), “quanto menor for essa relação, mais próximo o setor está de uma indústria ‘maquiladora’ que apenas junta componentes importados praticamente sem gerar valor”.

Como percebemos todos os setores em menor ou maior grau, foram afetados com a abertura econômica. No caso específico da indústria, o que explica, de certa forma o esvaziamento parcial, foi o aumento das importações. “As exportações se expandiram significativamente, mas as importações cresceram mais ainda, dando lugar ao aparecimento de vultosos déficits comerciais” (STALLINGS; PERES, 2000).

De maneira simplificada podemos dizer que as oscilações estão em conformidade com os dados de densidade apresentados anteriormente: forte penetração nos setores de tecnologia e capital, em contra ponto a baixa nos intensivos em mão de obra e recursos naturais. Bens de elevado valor tecnológico chamam atenção por sua proporção: de menos de 7% passam a ocupar 15% em 1995 chegando a terço em 1998. Segmentos como Aparelhos Eletrônicos, Máquinas e Equipamentos, o nível de importações passa a partir de 1997, a superar a produção interna, com índices de penetração de 66,6% e 57% respectivamente. Setores como Tecelagem também obtiveram aumento expressivo.

Para Shafaeddin (2005), técnicas de rápida liberalização comercial promovem a especialização industrial em segmentos que já estão consolidados e em segmentos relativamente mais vantajosos. No entanto, seria necessário que tal abertura fosse feita de modo planejado e seletivo, desta forma protegendo os segmentos em desenvolvimento com grande potencial, para, assim, evitar uma falência prematura. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro.

Os insumos intermediários propriamente, apresentaram os índices de maior elevação conforme o nível de elaboração. Cabendo destacar os de bens de capital: ao final do período as importações chegaram a quase 60% de todo o consumo interno. Nesse setor a desindustrialização avançou de forma acelerada. Estudos de ALBUQUERQUE & FERNANDES (1999) constataram o crescente índice de bens importados, de nível intermediário generalizado, sendo a única exceção a ser destacada, o setor de petróleo. Nessa fase o setor de eletroeletrônico ainda era o mais afetado, enquanto novamente o setor têxtil

se destaca, acompanhada dos laticínios. Ressalvam ainda os autores que no período 1985/90 houve, em linhas gerais, recuo na penetração das importações, mais do que compensada nos cinco anos seguintes.

Podemos concluir que os impactos sobre os elos finais das cadeias não foram insignificantes, em especial no setor de bens de consumo durável, no entanto foram mais expressivos nos elos intermediários, e, de forma mais contundente, na produção de insumos e equipamentos de maior valor tecnológico. Assim sendo a consequência mais direta, foi a considerável perda de densidade produtiva e a forte regressão tecnológica.

Seguindo o trabalho de Tregenna (2009), Oreiro e Feijó (2010) definem desindustrialização como a perda de participação do emprego industrial no emprego total e também a redução do valor adicionado da indústria no PIB. A partir dessa definição, os autores esclarecem que esse processo não é incompatível com o crescimento, mesmo que expressivo, da produção industrial em termos físicos. Assim, a desindustrialização ocorreria quando o setor industrial perde importância como gerador de emprego e/ou valor adicionado para a economia, e não quando sua produção está estagnada ou em queda. Desse modo, a expansão da produção industrial em termos de quantum não poderia ser considerada como uma evidência de que não há desindustrialização. (SILVA, CARIO, 2011, p.7)

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O panorama conclusivo quanto às mudanças, que podemos definir como: “desindustrialização” relativa com estabilidade estrutural, rarefação das cadeias produtivas, rebaixamento produtivo e tecnológico, desempenho exportador insatisfatório.

Os resultados obtidos indicam um aumento das importações e um agravamento no desempenho dos indicadores em geral, principalmente, nos grupos de setores indicados por COUTINHO E FERRAZ (1994) como problemáticos aqueles que demonstraram deficiências competitivas e os relativos ao progresso técnico. Tal evidencia nos indica que, “A liberalização comercial, nos moldes como foi conduzida, ao invés de estimular a economia a superar deficiências competitivas e tecnológicas como se propunha, acabou por acentuá-las ainda mais”. (ALBUQUERQUE; FERNANDES, 1999, p. 19)

Apesar de tudo isso, é necessário reconhecer que o novo modelo gerou avanços notáveis na indústria. Sua sobrevivência estrutural, a despeito da perda de densidade, e os impressionantes ganhos de produtividade, não obstante as limitações mencionadas suscitam uma mistura de continuidade e renovação que é seguramente auspiciosa. Apesar de a reestruturação ter se dado em condições macroeconômicas extremamente adversas, esse contexto colaborou para abrandar os impactos positivos, ao menos em termos de exportações.

A estabilização monetária de 1994 também provocou, e continua provocando, efeitos microeconômicos ambíguos. O sucesso alcançado no controle das taxas de inflação reduziu o número de cenários de curto prazo, melhorando o grau de confiança macroeconômico, permitindo o alargamento do horizonte temporal do cálculo empresarial. Do lado da demanda, o efeito redistributivo da renda, que sempre sucede as quedas rápidas dos níveis inflacionários, e o retorno do crédito foram importantes como elementos estruturais de dinamização do consumo. Esses fatores contribuem positivamente para a

intensificação das taxas de decisões de investir em capital fixo.  
(KUPFER 1998, p.60)

Não pretendemos dizer aqui que as tensões tenham sido superadas, no entanto o retorno do câmbio a níveis aceitáveis tornou evidente, um fato que os críticos já sabiam, e que mesmo as instancias governamentais já comentavam: boa parcela da “ineficiência” da indústria nacional, particularmente daquela ainda sob controle estatal, era o reflexo do resultado previsível de uma taxa de câmbio completamente fora dos parâmetros produtivos, determinada unicamente pela lógica financeira e pelo voluntarismo de uma política econômica instável e de industrialização por substituição de importações sem um planejamento estrutural de longo prazo.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUEQUE, Christiane R. & FERNANDES, Cândido L. de Lima.** **Impactos da liberalização comercial no perfil do comércio exterior brasileiro.** In *Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia*, Belém, ANPEC, 1999.
- ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo, Editora UNESP, 1996
- AZEVEDO, André. F. Z e PORTUGAL, Marcelo. S. Abertura Comercial Brasileira e Instabilidade da Demanda de Importações.** Disponível em: [http://www.ufrgs.br/PPGE/pcientifica/1997\\_05.pdf](http://www.ufrgs.br/PPGE/pcientifica/1997_05.pdf). Acessado em: outubro de 2013.
- BONELLI, Regis e PINHEIRO, Armando C.** Desempenho econômico e dinâmica industrial no Brasil. In MDIC & IEL Nacional, *O Futuro da Indústria (Oportunidades e desafios, a reflexão da universidade)*, Brasília, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Instituto Euvaldo Lodi, 341 pp., 2001.
- BRITO, Érico H. G & MENDES, Áquilas.** *Os impasses da política econômica brasileira nos anos 90.* Disponível em: [http://www.fAAP.br/revista\\_faap/rel\\_internacionais/rel\\_04/garcia.htm](http://www.fAAP.br/revista_faap/rel_internacionais/rel_04/garcia.htm). Acessado em: Setembro de 2013.
- CARVALHO, Paulo G. M. & FEIJÓ, Carmem A.** Uma avaliação do aumento da produtividade no período recente. In: *Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia*, Belém, ANPEC, 1999.
- CARNEIRO, R.** **Impasses do desenvolvimento brasileiro:** a questão produtiva. Textos para Discussão, Campinas: IE/UNICAMP, n. 153, nov. 2008.
- COUTINHO, L. A especialização regressiva:** um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In: VELLOSO, J. P. R. (Org.). *Brasil: desafios de um país em transformação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- COMIN, Alexandre. Pequeno balanço da reestruturação industrial nos anos 90. Disponível em: [http://www.pucsp.br/eitt/downloads/eitt2003\\_alexandrecomin.pdf](http://www.pucsp.br/eitt/downloads/eitt2003_alexandrecomin.pdf). Acessado em: outubro de 2013.

**COUTINHO, L.; FERRAZ, J.C. (coords).** Estudo da competitividade da indústria brasileira, Campinas, Editora Papirus, 1994.

**ESCÓSSIA, Carlos. Choque Heterodoxo versus Choque Ortodoxo.** Disponível em: [http://www.carlosecossia.com/2010/03/economia-simplificada\\_29.html](http://www.carlosecossia.com/2010/03/economia-simplificada_29.html). Acessado em: Agosto de 2013.

**FARIA, Caroline. Mercosul.** Disponível em: <http://www.infoescola.com/geografia/mercosul/>. Acessado em: outubro de 2013.

FEIJÓ, Carmen A. & CARVALHO, Paulo G. M. Produtividade e emprego: uma inversão na década de 90. São Paulo: Gazeta Mercantil, 5 de julho de 2000.

**GASPARETTO JUNIOR, Antonio. Plano Real.** Disponível em: <http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/plano-real/>. Acessado em: Outubro de 2013.

**GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André; CASTRO, Lavínia B.; HERMANN, Jennifer.** Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004). 5ª. Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 93-115.

**GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Cláudia.** Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil. Rio de Janeiro: Ed Campus, 1999.

**GLOSSARIO DE TERMOS.** Disponível em: <http://www.iseg.utl.pt/disciplinas/mestrados/dci/dcipedgloss.htm>. Acessado em : outubro de 2013

**HAY, Donald, A. A liberalização comercial brasileira após 1990 e o desempenho das grandes empresas industriais.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/118>. Acessado em: Outubro de 2013.

**HARVEY, David.** O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

**KUPFER, D. Política Industrial.** Econômica: revista da Pós-Graduação em Economia da UFF, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p.281-298, dez. 2003.

**LACERDA, Antônio C.; BOCCHI, João I.; REGO, José M., BORGES, Maria A. M.;** Economia Brasileira. 2ª. Edição. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 148-162

**MARKWALD, Ricardo. A. O impacto da abertura comercial sobre a indústria brasileira.**Revista Brasileira de Comércio Exterior, 2001.

LAPLANE, M.; SARTI, F. Investimentos da empresas transnacionais no Brasil. Mimeo, 1997.

**MELO, Vico D. S. M. Reformas Liberais e Descentralização no Brasil (1990-2002):** a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/27464/25782>. Acessado em: Setembro de 2013.

**MOREIRA, Maurício M. A Indústria Brasileira nos Anos 90.** O que já se Pode Dizer?. In GIAMBIAGI, FABIO & MOREIRA, MAURÍCIO MESQUITA (ORGS.), *A Economia Brasileira nos Anos 90*, Rio de Janeiro, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999.

**PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado.** In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (orgs.). Sociedade e Estado em transformação. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 1999.

**PROTTI, ALBERTO T. PROTTI. Alterações na composição setorial da indústria brasileira:** uma análise empírica a partir de dados do sistema de contas nacionais do IBGE. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000315002>. Acessado em: Outubro de 2013.

**RICUPERO, R. Desindustrialização precoce:** futuro ou presente do Brasil? Paper apresentado na Conferência Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento, São Paulo: IEDI/FIESP, 2005.

**SILVEIRA, Stefano J. C. Uma síntese da inflação no Brasil entre 1979 e 1994.** Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/3683/2752>. Acessado em: Setembro de 2013.

**SILVEIRA, Stefano. J. C.; RATHMANN, Régis; SANTOS, Omar I. B.; CONCEICAO, Octávio A. C. Reavaliando os Objetivos e Resultados do Plano Real. Análise (PUCRS), v. 16, 2005 p. 285-300.**

**STALLINGS, B. e PERES, W. Growth, Employment and Equity: The impact of the economic reforms in Latin América and the Caribbean, Brookings Institution Press, Washington, 2000.**

**SHAFIEDDIN, S. M. Trade liberalization and economic reform in developing countries: structural change or de-industrialization? UNCTAD Discussion Papers 179, April 2005.**

**SILVA, Henrique C., CARIO Silvio A. F. O Processo de desindustrialização: Uma avaliação sob a perspectiva da economia brasileira (1990-2010) Disponível em: <http://www.pucrs.br/eventos/encontroeconomia/download/mesas/OProcessoDeDesindustrializacao.pdf>. Acessado em : Dezembro 2013.**

**STALLINGS, B. e PERES, W. Growth, Employment and Equity: The impact of the economic reforms in Latin América and the Caribbean, Brookings Institution Press, Washington, 2000.**

**TIGRE, Paulo Bastos ET ALII. Mudanças institucionais e tecnologia: Impactos da liberalização sobre o sistema nacional de inovações. In BAUMANN, RENATO (ORG.) (2000), *Brasil: Uma década em transição*. Rio de Janeiro, Campus/Cepal, 2000.**

**VELLOSO, João P. R. Hiperinflação, crescimento e reformas. Rio de Janeiro: Campus, 1990.**